

# **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense**

**Glaucia de Sousa Moreno**

Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável  
Docente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Universidade Federal do Pará.  
e-mail: gmoreno@ufpa.br

**Gutemberg Armando Diniz Guerra**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará  
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural  
e-mail: gguerra@ufpa.br

## **Resumo**

O presente artigo foi desenvolvido com o objetivo de demonstrar a expressão do sofrimento vivenciada por assentados de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na mesorregião Sudeste Paraense, Brasil. Pretende-se revelar os elementos que permitiram a resistência de 16 famílias de migrantes oriundos principalmente do nordeste brasileiro, durante um ano e nove meses de luta em acampamentos e ocupações para conseguirem um lote de 25 hectares no assentamento Palmares II no qual vivem desde 1996. Para obtermos os elementos contidos nas entrevistas usamos a análise de conteúdo resgatado através de narrativas contadas pelos assentados com o intuito de remontar a história vivenciada por estas famílias durante o processo de conquista e resistência na terra.

**Palavras-chave:** reforma agrária, movimento social, memória, Brasil.

## **Resumen**

### **El drama de la instalación de familias de agricultores en la región sudeste de Pará**

Este artículo fue desarrollado con el objetivo de demostrar la expresión de sufrimiento experimentado por los agricultores de la reforma agraria del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), en la región sudeste de Pará, Brasil. Se tiene la intención de revelar los factores que hicieron que la resistencia de 16 familias de los migrantes, principalmente en el nordeste de Brasil, un año y nueve meses de lucha en los campos y ocupaciones para obtener un lote de 25 acres en asentamiento Palmares II donde han vivido desde 1996. Para obtener la información contenida en las entrevistas se utilizó el análisis de contenido redimidos a través de narraciones contadas por los agricultores con el fin de trazar la historia experimentada por estas familias durante el proceso de conquista y resistencia en la tierra.

**Palabras-clave:** reforma agraria, movimiento social, memoria, Brasil.

## **Abstract**

### **The drama of the installation of farming families in Southeast Mesoregion of Pará**

This paper objective is to demonstrate the suffering expression lived by assentment agrarian reform people of the Landless Workers Movement (MST) of Pará southeastern mesoregion, Brazil. It propose to reveal the factors which made the resistance of 16 migrant families, mainly from the northeast of Brazil, during one year and nine months of fighting in camps and occupations to get a 25 hectares lot in Palmares II settlement, in which they live since 1996. To obtain the elements contained in the interviews was made the use of oral history and collective memory of the settlers in order to trace the history experienced by these families during the process of conquest and resistance in the land.

**Keywords:** agrarian reform, social movement, memory, Brazil.

## Introdução

Este artigo encontra-se dividido em duas partes: a primeira trata do processo de luta e conquista da terra retratando o processo de sofrimento e dificuldades inerentes desse percurso, apresenta-se como se deu a implantação do MST na mesorregião sudeste paraense, através de um recorte histórico e cenário econômico da região durante a década de 90 do século XX. Em seguida trata especificamente do processo de ocupação da Fazenda Rio Branco, que em 1996 foi desapropriada e deu origem ao Assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas, Estado do Pará. O processo de ocupações e acampamentos até conseguirem a desapropriação da área durou um ano e nove meses, de junho de 1994 a março de 1996. É sobre este período que se refere este artigo, e demonstram-se, através da memória dos entrevistados, as condições de sofrimento e dificuldades consideradas por eles no processo de conquista da terra.

Na segunda parte apresentam-se as conquistas alcançadas pelos sujeitos, passada a fase do sofrimento, representado pelo medo, ausência de alimentos, e condições precárias de moradia embaixo da lona preta, nos acampamentos. Metaforicamente intitula-se essa segunda parte “nem tudo são espinhos”. Apresentam-se os porquês do enfrentamento dessas condições adversas, em quais objetivos estes sujeitos se amparam para ter forças e continuar resistindo até contra a força brutal de confrontos armados com a polícia, como aconteceu no triste episódio do Massacre de Eldorado dos Carajás. Apresenta-se nesta parte a extraordinária manifestação humana da vontade de ser feliz e de recomeçar quando qualquer esperança parece morta, corroborado por Sawaia (2009).

Desta maneira, apesar do chamado sofrimento vivenciado por estes sujeitos da reforma agrária, os dados obtidos nesta pesquisa apontam para uma experiência cujos ganhos sociais são relevantes, principalmente no que diz respeito à organização contra-hegemônica de caráter emancipatória que estes sujeitos defrontam. Os ganhos emancipatórios se circunscrevem em aprendizado do trabalho coletivo, politização dos assentados, acesso à educação e saúde, garantindo plena inserção na sociedade e saindo da condição de invisibilizados que enfrentaram enquanto estavam nas periferias das cidades ou embaixo da lona preta nos acampamentos.

Para tessitura deste artigo foram entrevistados 16 assentados moradores do assentamento Palmares II. O objetivo das entrevistas não eram produzir uma amostragem quantitativa, mas qualitativa, que expressasse a história de vida das pessoas, a vivência no acampamento e posteriormente no assentamento Palmares II ao longo de quinze anos da existência do mesmo.

## A luta pela terra no Pará e no assentamento Palmares II

O MST começou a inserir-se no espaço social do estado do Pará através de um processo de luta pela terra. Os primeiros trabalhos de organização foram feitos por sem-terra vindos dos estados de Goiás, Maranhão, Ceará e Pernambuco. O apoio de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais vinculados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e de

militantes da CPT foram as principais referências que os sem-terra tiveram no início da articulação de apoio à instalação do MST no Pará, que “introduziu inovações ao repertório de ação coletiva dos camponeses e das entidades sindicais” (ASSIS, 2007, p. 153).

Quando o MST chegou aqui na região o SERPAJ<sup>1</sup>, naquela época era uma entidade forte na região e fazia debate com a sociedade, com os movimentos sociais e os bairros carentes. E foi nós do SERPAJ que apoiamos a vinda do MST para a região. Na chegada deles a gente deu hospedagem, deu apoio nas entradas, indicando aos integrantes a procurar a própria igreja ou outros movimentos sociais (...). (LOPES FILHA, liderança do MST, entrevista realizada em março de 2010).

O marco inicial para o nascimento do MST no Pará é representado pela ocupação da Fazenda Ingá no Município de Conceição do Araguaia, Região Sudeste do Pará, no dia 10 de Janeiro de 1990. Em torno de cem famílias ocuparam uma área da Fazenda Ingá, enquanto outra parte desse latifúndio de quinze mil hectares estava ocupada por posseiros, que vinham enfrentando jagunços e resistindo na terra. Iniciam-se, assim, as ações do MST no Pará: sem-terra lutando junto com posseiros em um dos estados de maior violência contra os trabalhadores rurais.

Em julho de 1990, 150 famílias ocupam a Fazenda Canarana, também no Município de Conceição do Araguaia. No final do ano de 1990 o MST inicia o trabalho de base na Microrregião de Marabá<sup>2</sup>, segundo documentos produzidos pelo próprio movimento e representantes do MST no Pará. Segundo a afirmação de Souza (2010), a consolidação do MST no Pará se deu em 1996 concomitantemente com a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI) Regional Sudeste<sup>3</sup>, criada pelo movimento sindical representado pela FETAGRI Pará.

Apoiados pela CPT os militantes do MST intensificaram os trabalhos de base na microrregião de Marabá. No dia 16 de julho de 1992<sup>4</sup>, quinhentas e quarenta e oito famílias sem-terra ocuparam a Fazenda Rio Branco<sup>5</sup>, no Município de Parauapebas, latifúndio de vinte e dois mil hectares. A desocupação da Fazenda Rio Branco foi imediata. A ação de despejo aconteceu no decorrer da ocupação: enquanto algumas famílias ainda chegavam para ocupar, outras já estavam sendo despejadas. A Polícia agiu rapidamente e, com o apoio dos jagunços da fazenda, apreenderam as ferramentas dos trabalhadores.

Em 1992, um dos trabalhos que eles fizeram aqui na região, [que] foi a primeira ocupação massiva que o MST fez. Nesse tempo teve todo um trabalho antes dessa ocupação, que é um dos caracteres do movimento. E aí, de fato, [era para] consolidar nessa região através da Rio Branco que eles ocuparam na época, e imediatamente foram despejados. Então eles vieram, para a porta do INCRA, ocuparam o INCRA e ficaram instalados nas dependências do INCRA. E depois se juntaram ao sindicato, outros sem-terra também, se juntaram e ficaram acampados na porta do INCRA. Foi a partir daí que nós, eu e outros, ingressamos. Íamos para lá ajudar e

<sup>1</sup> Serviço de Paz e Justiça, ligado a Igreja Católica.

<sup>2</sup> A microrregião de Marabá segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma das microrregiões do Estado brasileiro do Pará pertencente à mesorregião Sudeste Paraense. A mesma é composta por cinco municípios: Brejo Grande do Araguaia, Marabá, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia.

<sup>3</sup> A FETAGRI regional sudeste do Pará tem área de abrangência nos municípios que compõem a mesorregião sudeste do Pará pelos critérios do IBGE, sendo a mesma composta por 39 municípios divididos em 7 microrregiões: Conceição do Araguaia, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, São Felix do Xingu e Tucuruí.

<sup>4</sup> No cenário nacional, em 1992 o MST criava o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), congregado na Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). No mesmo ano, no Estado do Pará o movimento ainda estava se estruturando.

<sup>5</sup> Ocupação que dará origem posteriormente ao assentamento Palmares II, lócus desta pesquisa.

fomos convidado para fazer parte do movimento. (LOPES FILHA, liderança do MST, entrevistada em março de 2010).

Desta forma, as ocupações da Fazenda Ingá e da Fazenda Rio Branco podem ser consideradas marcos iniciais para a implantação do MST no Estado do Pará, serviram de experiência para o movimento se adaptar a uma região de altos índices de violência contra os camponeses e com forte e imediata reação dos latifundiários e do Estado. Independente desses fatores os integrantes do movimento não se intimidaram, pelo contrário ganharam motivação e continuaram a lutar para conseguir desapropriar os latifúndios improdutivos na região. Um dos aspectos que aparecem claramente no discurso do militante é o seu engajamento enquanto quadro o que se dá no processo mesmo da ação coletiva promovida pela organização, no caso a ocupação. Pode-se concluir que os quadros vão se forjando na própria disputa pela terra, essência e razão da organização. A ação coletiva é momento de luta, mas também momento de formação de quadros, de conscientização política, de construção da coesão do grupo.

Lançando mão da análise da realidade, a cidade de Conceição do Araguaia foi escolhida pelos integrantes do movimento para iniciar a instalação do MST no estado do Pará, devido a alguns fatores que a cidade apresentava. Na época em que o movimento Sem Terra estava se estruturando, o município de Conceição do Araguaia apresentava a maior concentração de latifúndios do estado do Pará áreas que ultrapassavam 600 módulos rurais. A população da cidade era composta majoritariamente por migrantes dos estados de Goiás e Maranhão que migraram anteriormente a esse período para trabalharem na extração da borracha. No Sul e Sudeste do Pará, parte da população é de migrantes<sup>6</sup> que vieram para a região em busca de trabalho e melhores condições de vida, ora atraídos pelo extrativismo vegetal, em outro momento pelo extrativismo mineral principalmente do ouro e diamante, mais tarde pelos incentivos governamentais de ocupação da Amazônia, e no século XXI os grandes projetos mineradores que cercam a região e atraí milhares de pessoas.

O que temos de preponderante na mesorregião Sudeste Paraense é que partes dos migrantes tornam-se mão de obra barata para grandes fazendeiros, ou donos de grandes áreas de castanhais ainda no final do século XX, período de intensa migração. Estas pessoas ao chegarem ali têm o sonho de se tornarem proprietários de terras, e saírem da condição de subalterno/subordinado. Não é o que acontece, pois eles são vencidos pela lógica do capital que os coopta para ser mão de obra fácil e barata, com longas jornadas de trabalho<sup>7</sup>.

No momento em que estas pessoas cansam de estar na condição de subalternos e encontram-se amparadas por um movimento social organizado que defenda seus interesses de classe, eles se unem, formam grupos, e vão fazer ocupações para lutar pela reforma agrária, direito de posse da terra e possibilidade de restauração de suas autonomias. Esses são os fatores que possibilitaram a instalação inicial do MST na Região Sudeste Paraense, onde havia grande contingente populacional de migrante de todas as regiões do Brasil que estavam buscando conquistar estes ideais. Em 1994, pessoas com este perfil irão compor a luta pela conquista da terra no assentamento Palmares II como descrito detalhadamente no próximo subitem deste trabalho.

Haja vista que neste momento histórico os sujeitos a que ora nos referimos, em sua maioria já haviam vivenciado os vários ciclos econômicos da região: extrativismo vegetal (madeira) e mineral (ouro e diamante), porem sem garantia de sucesso; estes, na década de 90 do século XX encontravam-se descapitalizados, residindo em áreas periféricas ou invasões, nas cidades de Marabá, Parauapebas e Curionópolis.

No Pará o movimento é composto por aqueles que são **sem-terra de condição social**, que são a maioria dentro dos assentamentos do MST. São aqueles que se juntaram

<sup>6</sup> Ver Atlas da Questão Agrária Brasileira (GIRARDI, 2008).

<sup>7</sup> Vide relatório de pesquisa “Perfil dos proprietários e empresários da lista suja do trabalho escravo contemporâneo”, sob autoria de Regina Landim Bruno, 2008.

à luta do movimento por plena necessidade de ter um lugar para viver com qualidade de vida.

O termo necessidade, no contexto da união de pessoas ao MST, tem o sentido de carência de bens fundamentais à satisfação humana. Essa necessidade tornada coletiva do grupo de trabalhadores somada à luta do movimento resulta em estratégias de pressão sobre o estado para atender as causas sociais. É também uma estratégia de proteção, pois quanto maior o número de envolvidos em realizar um acampamento, maior é a sensação de segurança frente à possível represália da polícia ou de jagunços dos fazendeiros.

Os **sem-terra de condição política**, representados por aqueles que são militantes do movimento, que abraçam a luta do MST, que vestem a camisa do movimento, são aqueles que ocupam ou já ocuparam cargos de liderança ou em coordenações, que viajam de lugar para outro na tentativa de engajar cada vez mais pessoas à luta do MST.

### **Triste partida, dura chegada**

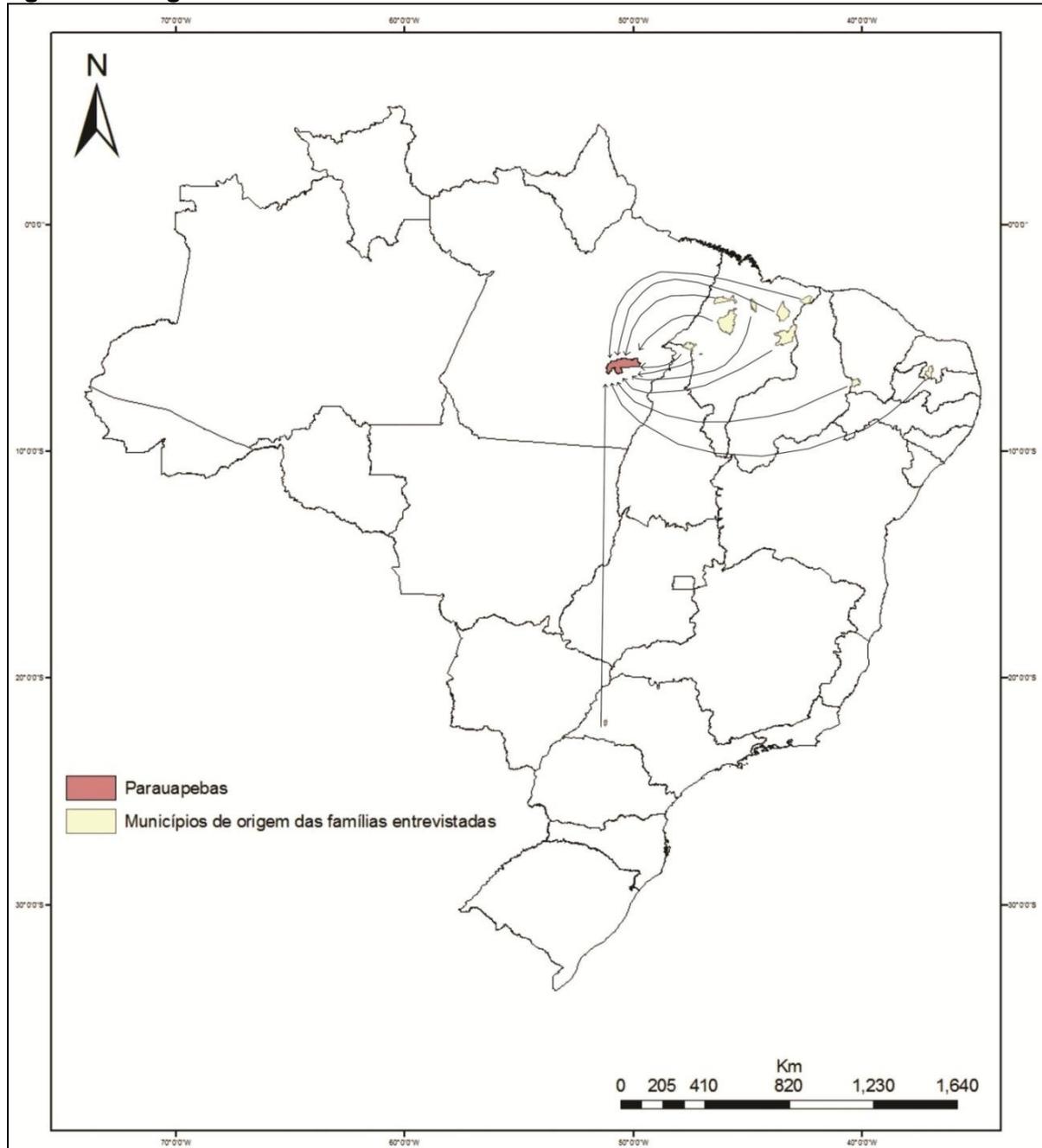
A dramaticidade do processo migratório pode ser reconhecida tanto em textos acadêmicos (FURTADO, 1982; HEBETTE, 1991; LENA; OLIVEIRA, 1991; TURNER, 1961; VELHO, 1972) quanto em textos ficcionais internacionais (PESSOA, 1981; STEINBECK, 2008), ou brasileiros consagrados (MELO NETO, 1994; RAMOS, 1984a, 1984b), quanto, ainda, no cancionário popular expresso em poesia ou música (ASSARÉ, 1978; GONZAGA, s/d; GUERRA, 2002).

No caso dos textos acadêmicos, cumprindo os estatutos da ciência positivista, o sofrimento de assalariados do mundo rural aparece traduzido em números que demonstram o processo de dominação do capital sobre o trabalho em termos de salários, horas de trabalho, más condições de transporte, moradia, escolaridade, insalubridade e falta de cumprimento de normas de segurança. No caso de camponeses com a perspectiva de autonomia, o investimento tem sido feito para lhes dar acesso aos bens de produção dos quais tem sido desprovidos por conta da configuração que vem sendo dada ao mundo moderno em termos da distribuição do espaço entre o campo e a cidade como se esta fosse uma lógica inexorável (ABRAMOVAY; SACHS, 1995, p. 13).

A contribuição da psicologia social, que apesar de tímida e carente em referenciais teóricos sobre o contexto rural, nos ajuda a entender como estes sujeitos encaram essas situações de dificuldade, que por eles próprios foi denominada de sofrimento. Segundo Sawaia (2002), quando se analisa a condição de milhares de pessoas excluídas, sem acesso à vida digna, não se fala apenas de classe social, mas de subjetividade que sofre pela impossibilidade de agir, enclausurada por sentimentos como o medo, a vergonha, a humilhação dentre outros. Na condição dos Sem Terra, a “sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão”.

Relatos de ocupantes de assentamentos rurais, que passam por diversas dificuldades que ultrapassam as condições precárias de sobrevivência nos acampamentos, foram recolhidos em entrevistas feitas com camponeses no conflituado Estado do Pará são particularmente marcantes quanto às dificuldades encontradas desde a partida do local de origem, em geral estados do Nordeste (Figura 01), até a chegada aos locais das moradias obtidas por longos processos de disputa.

A figura 1 mostra de que estados brasileiros nossos entrevistados saíram e para onde eles se dirigiram neste caso o assentamento Palmares II, pertencente ao município de Parauapebas.

**Figura 1 – Origem dos assentados entrevistados.**

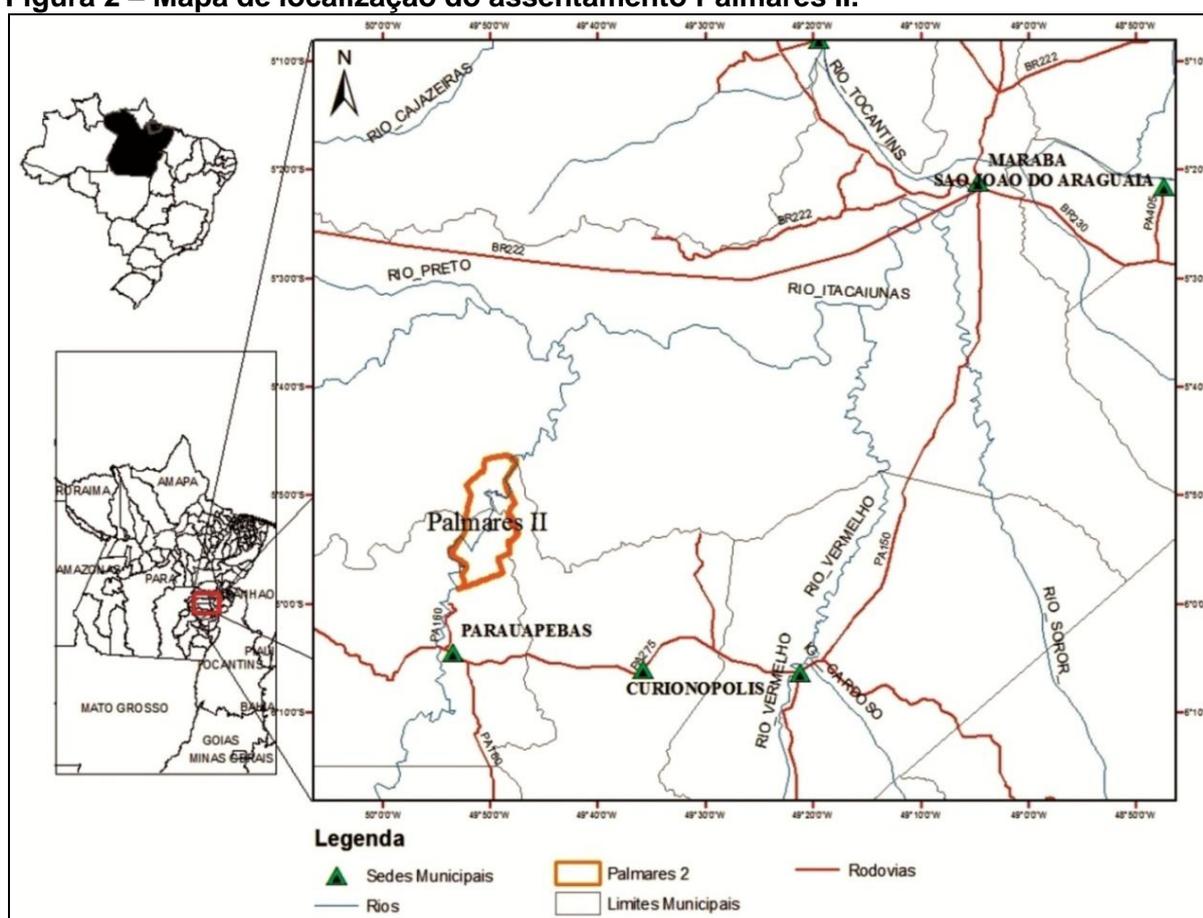
**Confeção:** Rogério Bordalo, 2011.

Em que pese a existência de literatura que valoriza o sentimento humano evidenciado no processo de luta (ANDRADE, 2007, p. 447) a redução do problema fundiário à obtenção da terra em que se possa produzir e estabelecer moradia tem feito negligenciar o lamento que se manifesta quando dos relatos do cotidiano que vai desde a saída das áreas de origem, o deslocamento por lugares insalubres e hostis, até o estabelecimento em um espaço a ser apropriado e transformado em condições dignas e com um mínimo de qualidade de vida: proximidade da estrada, iluminação elétrica, escola e posto de saúde. Em outras palavras, o discurso de vencedor que possa ser identificado nas falas de lideranças exitosas, é carregado de significados que remontam aos momentos de dificuldade, quebrando a linearidade que costumam ter os discursos biográficos (BOURDIEU, 1986, p. 69).

O que se pretende levar em conta neste artigo são as diversas contingências que vão se acumulando em um sofrido e incerto processo de tentativa de estabelecimento de um local de moradia, trabalho e convivência que se arrasta por meses, e às vezes por anos. No caso específico, cada um dos elementos diferenciais que se constituem em elementos de coesão, são amalgamados por um grau de consciência e voluntarismo trabalhados conscientemente pela liderança, sem que se tenha nenhuma certeza de que venha a se consolidar um comportamento político solidário e consequente. Estes elementos vão surgindo no discurso, e se consolidando em dados de pesquisa, demonstrando que há mais dificuldades do que sugere o discurso dos opositores, minimizando a têmpera dos que se engajam nesta empreitada para conseguir um espaço para o estilo de vida camponês, ou mesmo que se admita, uma possibilidade de sobrevivência econômica a partir da obtenção de um lote de terra e o estatuto de beneficiário da reforma agrária.

O tom de dificuldades é encontrado em relatos dos participantes do MST, nos quais este artigo se baseia, a partir do registrado em entrevistas realizadas junto a 14 chefes de famílias e 2 mulheres do Assentamento Palmares II, localizado no município de Parauapebas (Figura 2). As entrevistas foram devidamente gravadas e o critério de escolha dos entrevistados foi o tempo em que estes estavam assentados. Os entrevistados eram pessoas que estavam no assentamento desde sua formação, com o objetivo de remontar o passado e compreender o processo histórico desde o acampamento até o dia em que conquistaram o direito a terra, constituído em assentamento após o massacre de Eldorado dos Carajás<sup>8</sup>. Este assentamento dispõe de área total de 15.484 hectares, com 517 famílias assentadas em lotes de 25 hectares, distribuídos por meio de sorteio.

**Figura 2 – Mapa de localização do assentamento Palmares II.**



**Confecção:** Rogério Bordalo, 2010.

<sup>8</sup> Assassinato de 19 camponeses pela Polícia Militar, em confronto durante manifestação, na PA 150, no dia 17 de abril de 1996.

O tamanho do lote é, certamente, um dos primeiros elementos distintivos da satisfação ou insatisfação que possam ter os assentados, o que se dá pelo número de famílias envolvidas no processo, e um espaço idealizado como viável enquanto módulo que permita a uma família viver e produzir satisfatoriamente.

A primeira ocupação do MST relacionada com o Assentamento Palmares aconteceu no município de Parauapebas no dia 26 de junho de 1994, contando com 2.500 famílias. O local desta ocupação foi o “Cinturão Verde”, uma área de 411.946 hectares, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Os sem terra ficaram acampados nesta área durante três dias. Nesta área de preservação ambiental da CVRD foram erguidos barracos cobertos com lona preta, mas em poucos dias estes foram destruídos, pois chegou uma ordem judicial para que a área fosse desocupada.

O número de pessoas mobilizadas e o das que efetivamente garantem a permanência no futuro assentamento chama a atenção e indica o quanto de descarte ocorre entre um momento e outro. Apesar do esforço e sofrimento de todos, apenas um quinto obtém o direito à terra.

Expulsos desta área no dia 29 de junho de 1994, os sem terra dirigiram-se para a cidade de Parauapebas e foram para a praça pública situada em frente da sede da prefeitura municipal, onde fizeram um novo acampamento. Neste acampamento houve desistência por parte de algumas famílias e a entrada de outras, a maioria vinda de outros 11 estados brasileiros, mas particularmente do Maranhão: “a vida no acampamento obriga pessoas das mais diversas origens, com experiências pessoais diferentes, a conviverem umas [com as outras], num espaço físico restrito” afirma Turatti (2005, p.93), ao se referir aos acampados do MST no estado de São Paulo.

Estas pessoas entraram no acampamento da Palmares, devido não ter outra perspectiva de vida após o fechamento do Garimpo de Serra Pelada<sup>9</sup>. Como demonstra o trecho a seguir:

A gente morava lá, vivia de garimpo, aí quando a gente chegou em Parauapebas que viu a movimentação, a gente entrou no movimento e ficou. Não desistimos e estamos até agora. A gente já sabia que o garimpo não ia funcionar mesmo, e aí a gente apelou em conseguir um pedaço de terra e trabalhar sossegado. (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

É recorrente a referência ao garimpo como atrativo para a chegada das pessoas à região, ou como se nessa atividade estivessem anos a fio. Há indagações que persistem como a de que origem teriam os pais e avós destes migrantes? Terá sido mera contingência a escolha pela terra a plantar e estabelecer como ponto de moradia e trabalho, ou há uma matriz psicossocial que os atrai para esta saída como camponeses? A análise da trajetória destes indivíduos pode oferecer pistas, como demonstrou Bringel (2006, p. 199) de que são camponeses sofrendo ciclos de migrações em busca de terra ou de trabalho.

Alguns dias depois de estarem em frente à prefeitura de Parauapebas, as famílias sem terra solicitaram transporte para irem até Marabá, e foram prontamente atendidas pelo prefeito em exercício (1993 – 1996), Francisco Alves de Sousa, conhecido como “Chico das Cortinas”. Dia 5 de julho de 1994, as famílias chegaram a Marabá, e fizeram um novo acampamento, desta vez no pátio da sede do INCRA SR-27, iniciando-se negociações, que não avançaram. Com o impasse, os sem terra decidiram mudar de tática e enviar representantes a Brasília, para negociar com representantes do INCRA Nacional. Como forma de aumentar a pressão, resolveram ocupar a sede do INCRA de Marabá por dois dias. Acabaram ficando durante cinco meses, acampados em um pequeno terreno ao lado do INCRA.

Neste acampamento as famílias não tinham como cultivar a terra. Sobreviviam das cestas básicas enviadas pelo governo:

<sup>9</sup> Em 1992 todas as atividades de extração do garimpo estavam paralisadas, pois o governo não renovara a autorização e o garimpo voltara a ser concessão da Companhia Vale do Rio Doce.

(...) aí quando o governo mandava um pouco de rancho que era muito pouco, [olha] tinha muitas vezes que dividia 3 colheres de café para cada um, um pacote era dividido para 3 ou 4 famílias e dividia tudo certinho, tinha vez que uma barra de sabão era para 3 famílias. E as vezes eu via situação de umas pessoas e o que eu não ia precisar dava para fulano, e nas casas que tinham muitas crianças eu deixava até o café e um pouquinho de açúcar para eles. (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

A exiguidade dos alimentos exige estratégias de solidariedade para permitir a resistência prolongada. Para complementar a alimentação alguns pais de famílias faziam trabalhos temporários pelas redondezas do acampamento, para sanar algumas das dificuldades encontradas durante as etapas de acampamento.

(...) a vida no acampamento é uma vida muito cruel. A gente aguenta e suporta, porque tem o desejo de ganhar o pedaço de terra e não tem condições de comprar mesmo, aí a gente pega e resiste mesmo, para poder conseguir as coisas. (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Tem-se que ficar presente no acampamento mesmo que as condições de alimentação não sejam suficientes, o que leva a que as famílias desenvolvam estratégias de revezamento entre seus membros, de forma que uns ficam, e outros saem para procurar recursos que amenizem a precariedade das instalações e do fornecimento de nutrição. Talvez seja um dos mais duros momentos do processo político. Mais do que isso, é preciso ficar para tomar decisões junto com as outras famílias e as lideranças:

(...) foi tudo muito difícil, a vida financeira quando a gente estava lá dentro. Aí troca de acampamento, a gente acampou em frente à Câmara, depois a gente voltou para aquele Zé de Areia que chamam ali onde é a Vila Rica, depois foi que a gente se removeu para dentro da terra, na época. Hoje a gente está aqui, mas é muito sofrimento no acampamento. (MARTINS, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

A trajetória até se fixar em um assentamento é errática, tensa, exige resistência, tolerância, coesão:

Quando a gente estava no acampamento era ótima, como um dia desses eu falei com o menino que agora está lá na feira, o Gustavo. Ele era acostumado lá no meu barraco, andar lá por dentro comendo, tudo junto, aquele amor, e é por isso que conquista porque todo mundo tem um objetivo só, que é a terra, aí qualquer outra coisa que você vai juntar, com amor ali você consegue, agora se começasse a puxar para um lado e para o outro nós não estaríamos aqui. (MARIA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

É das dificuldades indicadas no trecho acima que se forjam as amizades, a solidariedade, a coesão que vai amalgamar o grupo, que vai dar liga para as ações e passos seguintes.

Como nada se resolvia, os camponeses resolveram voltar a Parauapebas e ficaram, inicialmente, em frente ao portão de entrada da Floresta Nacional de Carajás. Após serem expulsos deste local pela polícia, foram para a frente da Câmara Municipal de Parauapebas onde permaneceram até o dia 20 de janeiro de 1995, quando se deslocaram para outra área, indicada pela prefeitura, nas proximidades da cidade, conhecida como Zé de Areia, onde ficaram de janeiro até maio de 1995. Todo o processo de busca se dá, portanto, concreta e simbolicamente frente às instituições, às claras, com demandas postas diante de

símbolos da racionalidade jurídico-administrativa que deveria dar conta de fazer valer os direitos de cidadania dos pleiteantes a ela.

Nessa nova área as famílias sem terra puderam organizar produções agrícolas, pois esse novo acampamento era em uma área rural próxima à cidade de Parauapebas:

Nessa época tudo era coletivo, tudo era por grupo. Um dia era um grupo, outro dia era o outro grupo que vigiava os acampamentos que as vezes, tinha as atividades e tinha que resolver os problemas que acontecia dentro do acampamento. E a gente amontoava aquele pessoal e ia lá para a reunião resolver, tudo era coletivo. Ai, tinha a corrente que era a entrada e a saída do acampamento e cada dia era um grupo que ia lá fazer a corrente para não ficar entrando pessoas estranhas, e a corrente servia para controlar a entrada. As vezes chegava pessoas que eram estranhas, a gente tinha que se informar, decidir o que ia fazer. (...) no período do acampamento era tudo coletivo, para fazer um barraco era coletivo, para fazer qualquer coisa era coletivo. (...) foi colocado um coletivo de mulheres para fazer uma horta coletiva, eu participei, mas foi poucos dias, Porque aí bagunçou, também a gente mudou. (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

Com esta declaração podemos observar que desde o período de mobilização até o acampamento o MST consegue instituir entre seus acampados, iniciativas coletivas, inspiradas em ações ocorridas contemporaneamente<sup>10</sup>, haja vista que neste período o grupo de indivíduos encontra-se coeso devido ao objetivo comum de conquista da terra, mas também, neste momento, da necessidade de segurança e de afirmação do grupo perante os seus oponentes.

Decorridos 5 meses de acampamento na área chamada de Zé de Areia, inicia-se um processo de negociações com o governo estadual, representado na época pelo médico Almir Gabriel. Porém, como das outras vezes, nada se resolveu. No dia 14 de maio de 1995, quase um ano após terem ocupado o “Cinturão Verde”, os sem terra resolveram ocupar uma área da Fazenda Rio Branco. A mesma já tinha uma parte comprada pelo Governo Federal para assentar outros camponeses, em 1992.

O novo acampamento que se iniciava era denominado de:

Vila da Barata: (...) lá na Vila da Barata que chamam hoje de vila da Palmares I. Que foi a área que a gente acampou também depois do Zé de Areia, a gente foi removido para lá, de lá a gente se mudou para a vila da Palmares em definitivo, e aí a gente trabalhou uns dias lá com a horta coletiva, mas rapidinho a gente mudou para a vila. (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Da declaração acima podemos ver que as ações coletivas eram tanto de avanço (ocupação) como de recuos (remoção), mas o discurso é feito na 1ª pessoa do plural (a gente – nós) expressando um sentimento de grupo. Verifica-se também que as ações coletivas não ocorrem da interação dos membros do grupo de camponeses com eles mesmos, mas com outros atores presentes, sejam do estado, professores, polícia, prefeitura. A ação coletiva tem, portanto, um caráter público, uma vez que se dá como processo político que passa por disputas em que a representatividade e representações sociais estão em jogo. Nos acampamentos duradouros que aconteceram em áreas rurais, várias ações coletivas aconteceram:

(...) quando a gente mudou para a Vila da Barata aí a gente construiu também uma escola para as crianças, pois elas não podiam ficar sem

<sup>10</sup> Ainda nesta declaração observam-se preceitos de uma sociedade igualitária e soberana, pregados pelos que compõem o MST, presentes no cotidiano dos acampados, pois eles conseguem viver segundo o que é pregado pela liderança do movimento.

estudar. Aqui mesmo na Palmares II, no início a escola era feita de palha que a gente construiu, o povão fez. As vezes tinha uma pessoa que estava doente e não podia fazer o barraco dele. A gente se juntava e ia lá fazer o barraco daquela pessoa. (...) até chegar no assentamento tudo era feito no mutirão. (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

O que se expressa como coletivo de importância são atividades associadas à reprodução social do grupo em patamares que correspondem aos seus níveis de reivindicação de aspectos importantes como educação, saúde, moradia, emprego. À precariedade das construções físicas, marcadas pela pobreza e insalubridade do material (barraco, palha de coco, lona preta), sobrepõe-se a valorização do gesto solidário, o fazer juntos, o dividir, o partilhar o pouco de que dispunham, a segurança, a trincheira...

(...) tinha um grupo às vezes de 10 pessoas ou de 15. Ai fazia o barracão igual esse daqui. Ai ficava 10 pessoas ou 20, aí se fosse para outro lugar lá tinha que fazer outro barraco. A gente sempre fazia de palha; ai quando não fazia de palha botava a lona por cima que era muito quente, mas tinha que ser, pois havia lugares que não tinha palha de coco, ai era na lona, mais a lona esquentava demais. (FERREIRA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

As descrições dão detalhes da precariedade e da promiscuidade, mas também da criatividade que faz recorrer a soluções alternativas, ao uso do material que se pode ter à mão, seja ele externo como o plástico negro, seja autóctone, como a palha do coco babaçu.

(...) a primeira roça que a gente fez lá na Vila da Barata foi coletiva. Era uma grupo de 7 ou 8 homens que se juntaram e fizeram 4 linhas de roça. Roçaram e derrubavam no coletivo e depois dividiram, na hora de colher e tudo ficou individual. Mas todo o trabalho até o plantio eles fizeram juntos. (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistada em julho de 2010).

Desta vez os agricultores estavam totalmente determinados a não sair da terra, e ficaram neste acampamento de maio a outubro de 1995, quando decidiram iniciar uma marcha a pé até Belém, distante aproximadamente 800 km de onde estavam. Saíram no dia 10 de outubro e quando chegaram a Eldorado dos Carajás foram convidados a formar nova comissão para participar de outra reunião com o INCRA, novamente em Brasília.

Durante essa caminhada na PA-150, as famílias se submetiam às intempéries da natureza, dormiam na beira da estrada em barracões improvisados, “comendo mandioca assada na beira da estrada, acampando debaixo da lona”.

Nós fizemos uma caminhada antes de chegar no 30 (Curionópolis), o povo veio de Brasília atender nós, lá no meio da estrada, o Evaldo Cardoso que era o chefe lá representante do governo, veio “decretadinho” a atender nós, no meio da estrada (...). (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

O desenho do confronto estava dado. Desta vez, finalmente, depois de um ano e quatro meses de luta, os sem terra conseguiram que fosse desapropriada outra parte da Fazenda Rio Branco, que recebeu o nome de Assentamento Palmares em homenagem à resistência de Zumbi, líder dos escravos que fugiam do cativo no século XVII e ao Quilombo de Palmares, o maior de todos os quilombos que existiram na história do país. Em 11 de março de 1996, foi assinada a portaria de criação do PA Palmares, e em 13 de dezembro de 2001, houve o desmembramento do PA Palmares II e Palmares Sul ou Palmares I como é mais conhecido, dando origem à área deste estudo.

Logo após a liberação da portaria de criação do assentamento Palmares II, pouco mais de 1 mês depois (17 de abril de 1996), aconteceu o massacre de Eldorado dos

Carajás, em que dezenove trabalhadores sem-terra foram mortos em decorrência da ação da polícia do estado do Pará. O confronto ocorreu quando os sem-terras que estavam acampados na região resolveram fazer uma marcha em protesto contra a demora da desapropriação de terras na região.

Em que pese o objetivo original da pesquisa ter sido identificar as ações coletivas praticadas pelos assentados naquele que se transformara em um assentamento emblemático do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado do Pará (MORENO, 2011), foi recorrente nas falas dos entrevistados a descrição do sofrimento para chegarem a ter os lotes onde vivem. Esta recorrência se deveu em particular a uma indução por uma das questões que demandava o relato sobre os momentos considerados mais difíceis de suas trajetórias enquanto parte do movimento dos sem terra. Verificou-se que as respostas vieram expressas como sofrimento físico e psicológico, na relação com a natureza, com os outros assentados, com representantes do estado e com a direção do próprio movimento. Este sofrimento se expressa praticamente como a moeda com a qual pagaram o acesso à terra, mas não se esgota nos passos que foram obrigados a seguir para chegarem onde se encontram. Recortando as passagens mais acentuadas por estas pessoas sobre os momentos mais difíceis desta trajetória, pode-se construir este texto como um exercício de análise desta vivência. “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais, só nós estivemos envolvidos, e com objetivos que só nós vimos. É porque em realidade, nunca estamos sós” (HALBWACHS, 1990, p. 26). A reflexão de Halbwachs nos remete à construção da memória como elemento que faz sentido na relação com o outro. Sentir-se bem com as lembranças é sentir-se bem no contexto social em que se vive e os elementos de exaltação do vivido têm significado por conta da referencia social em que se constituem. Neste sentido, o sofrimento por uma causa é uma construção social que pauta o comportamento das pessoas e as faz evocá-lo como algo vivido positivamente como preço do que se pretendia conquistar.

O critério para selecionar as famílias entrevistadas, foi buscar aquelas que participaram desde o período da ocupação, pois somente estas pessoas que vivenciaram essa trajetória poderiam relatar como foi a vivência no acampamento, nas ocupações e marchas que fizeram até conseguirem a desapropriação da Fazenda Rio Branco. Para encontrar essas famílias teve-se que sair procurando pelo assentamento, e para isso, primeiramente visitou-se cada região do assentamento, depois em cada região identificou-se cinco famílias que tivessem o perfil de terem vivenciado todo o processo.

As falas analisadas revelam a permanência de uma referência que se constrói a partir do esforço para a obtenção da terra no contexto da reforma agrária no Brasil, o que se traduz como luta e resistência, no discurso dos assentados. Como o processo de ocupação e acampamento em Palmares II se deu na década de 90 do século XX, faz-se uso de elementos da memória e análise de conteúdo como recursos da pesquisa. A memória, como propriedade de conservar informações, remete a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas (LE GOFF, 1996, p. 423). Para coletar estas informações fez-se três visitas prolongadas durante dez dias cada uma, ao assentamento, durante os meses de janeiro, junho e julho do ano de 2010.

As entrevistas com os assentados aconteceram todas no assentamento, a maioria delas na casa dos próprios assentados, sendo que apenas 2 assentados foram entrevistados na sede da associação do assentamento. O conteúdo destas entrevistas pautou elementos ligados à memória dos assentados entrevistados, pois essa representa a capacidade de armazenamento de informações adquiridas ao longo do tempo, devido sua importância para os estudos referentes à história de vida através do registro da história oral

As entrevistas ilustram as repetidas e prolongadas atividades que deveriam ser cumpridas no processo de disputa: “... marchas de ocupação, todos eles, tudo que foi ocupação que teve de INCRA, marcha para Brasília, ocupação em Belém, passeata, para tudo enquanto eu já fui, participei de tudo, todas elas...”. (CORREIA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Nestas atividades, as dificuldades enfrentadas durante o período de reivindicação objetivando a obtenção da terra se convertiam em esforços: “Na época a gente foi de Parauapebas, aliás, do Zé de Areia até Eldorado, de pé nessa estrada. A gente foi numa marcha e era época de inverno”. (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Insere-se, neste discurso, como primeiro elemento, a distância entre os dois municípios de Eldorado e Parauapebas, ressaltando-se a saída de uma localidade onde tinham se abrigado, o que representa aproximadamente 30 quilômetros entre um ponto e outro. Em seguida, para dar idéia do grau de dificuldade para percorrer esta distância, o entrevistado diz que esta foi percorrida a pés, em marcha cadenciada, sob chuva. Continuando, fala das condições em que ficaram alojados:

O barracão era só uma lona, os caibros atravessados com uma lonazona jogada por cima e no inverno lá ventava muito. O vento forte chega arrastava a lona bem no meio aí pá..pá... e todo mundo estava no meio da chuva. Não tinha para onde correr! Tinha que ficar lá, mesmo! Então o sofrimento era grande, mas o objetivo era conquistar um pedaço de terra, aí a gente tinha que ficar, né! Se desistisse não ganhava, né? Aí a gente, graças a Deus, deu uma de duro e chegamos lá. (LIMA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

Os elementos dramáticos elencados nesta fala, ressaltando os rigores da natureza representados pelas intempéries da chuva e do vento, a vibração do material precário utilizado para a construção do abrigo (lona e caibros), acenam para o merecimento do que estavam pretendendo (a terra), embora não se encerrem apenas ali os seus sofrimentos. As condições deste enfrentamento levam ao esgotamento físico e psicológico: “As dificuldades foram grandes, a humilhação foi grande, não foi fácil, não! A gente só permaneceu porque fez opinião. Eu pelo menos fiz opinião, mesmo, tinha o objetivo de conquistar a terra”. (SOUZA, assentado em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

A força do processo de mobilização está centrada no objetivo que nos discursos aparece clara e recorrentemente definido: a conquista da terra: “Aí tinha companheiro que não aguentava, mas tinha outros que iam até o fim, aí quando o governo teve dó disse: leva para o hospital, vamos embora pro hospital. Aquela história”. (MARTINS, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Os casos de doença são absorvidos pelos camponeses como de outra natureza, podendo ser justificados com apelações de ordem sobrenatural, reforçados principalmente quando eventos mais densos, como foi o caso do massacre, permite uma associação como a que segue:

A gente já foi para Belém em marcha, para a curva do “S”. Não chegamos até mesmo a curva do S. Na época em que a gente fez a marcha, a gente foi até em Eldorado, pertinho já. Ai meu esposo adoeceu, ficou ruim, aí tivemos que voltar, retornar. No dia que nós retornamos, no outro dia teve o massacre. Foi Deus mesmo! Morreram muitas pessoas e a gente estava de plano de ir até o final, se não fosse ele adoecer. (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

O motivo que os teria trazido para o Movimento dos Sem Terra foi o fechamento do garimpo de Serra Pelada, exaurida a extração do ouro. É uma sequência de perdas que vai se acumulando e amalgamando a necessidade de uma ação coletiva. Dez assentados afirmam que vieram por este motivo (o encerramento das atividades da mina de ouro), sendo que outros quatro disseram ter vindo pela influência de outros parentes que já se encontravam no entorno da cidade de Parauapebas, trabalhando em fazendas. Dois assentados justificaram a vinda com o propósito de melhorar as condições de vida da família. Em todas as justificativas, pode-se ler que as condições de vida se degradaram, levando-os a buscar uma alternativa. Em outras palavras, é a condição degradada pela

perda do emprego ou das possibilidades de manter um nível de produtividade satisfatório que leva ao engajamento no MST e não a atração romantizada pela terra. Entretanto, no deixar a atividade anterior, há uma perda, um vácuo entre uma atividade e outra. De certa forma, deixar uma atividade para iniciar outra é um salto no escuro.

Há, portanto, antecedentes de enfrentamentos decorridos durante as sucessivas migrações de um estado para outro, de uma cidade para outra, até conseguirem a desapropriação da área e chegar à nova morada.

Após o sorteio dos lotes, que irá determinar a localização geográfica em que cada família ficará, inicia-se a etapa de construção das casas e a implantação da primeira roça. O sorteio, em si mesmo, se traduz na partilha de outras dificuldades, conforme se pode ver na fala abaixo: “Até porque meu lote não é adequado. Porque meu lote é um morro muito acidentado, ele não tem uma área plana. E como os lotes foram no sorteio, ninguém teve culpa. Ninguém, porque foi sorteado, tinha que contar com a sorte”. (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

O relevo e o que ele implica em termos de construção civil, de manejo das atividades cotidianas, vão se acumulando e se revelando ao mesmo tempo como construído em uma perspectiva em que há componentes que não se pode escolher ou adequar de imediato, mas que foram postos como possíveis de superar em uma ação conjunta dos que os mobilizaram para este fim.

O acesso aos lotes, em condições precárias, implica em um processo de adaptação que se dá com a contração de endemias:

Depois que eu cheguei aqui eu peguei 20 malárias e meu esposo 25. Porque a gente entrou bem no início, a gente ganhou a terra, com 8 dias a gente entrou para a terra, fomos logo para dentro da terra, fizemos um barraco lá embaixo, aí pegamos malária pra caramba aí. E nós já estava com roça e com as coisas, e não queria abandonar, porque tanto sofrimento depois que a gente está na terra não vai abandonar. (SANTANA, assentada em Palmares II, entrevistado em julho de 2010).

“Entrar bem no início” significa o contato direto com outros elementos da natureza que estão sendo modificados e implicando em desajustes ambientais dos quais o camponês vai sofrer as consequências. A malária tem uma sintomatologia que implica um grau de debilidade acentuado, e permanecer na terra, mesmo com estes achaques, exige uma determinação incomum. No contexto dos discursos, contrair malária é argumento e indicador de mérito para receber o lote. O número de ocorrências, talvez exagerado pelos narradores, indica a ênfase no sofrimento. A moradia e a produção entram no discurso como elementos dados, igualmente, mas o que aparece, na fala acima, é uma construção que se faz como uma totalidade que compreende o barraco (a moradia), a roça (produção) e o desejo de permanência (pertencimento). Abandonar a terra depois de todo este investimento seria aumentar o sofrimento e não cumprir o objetivo a que se propôs.

Em outro caso analisado, é a cobrança de uma sociabilidade que se manifesta pelo acesso físico: “Ainda hoje, depois de 15 anos desde a época que a associação tinha trator, tinha tudo, que eu pedi que fizesse um pedaço de estrada para mim, até hoje nunca fizeram, e meu lote não tem estrada, é isolado”. (SILVA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

Reconhece-se, neste discurso, um tom de cobrança pessoal (um pedaço de estrada para mim) e uma distância da responsabilidade de construir conjuntamente. Há a explicitação de outro que constrói que é demandado para construir para ele e sua família. Este outro é expresso como sendo a Associação, e os seus administradores que não atendem aos seus pedidos. É outra forma de lamento do abandono a que estão submetidos, mesmo depois de terem cumprido um longo percurso de mobilização, doutrinação, manifestações públicas em marchas, acampamentos, ocupações de estradas e organismos governamentais:

O mais difícil depois que a gente chegou para cá, foi tudo. Estrada que nós não tinha, energia não tinha, a vida financeira também toda bagunçada porque a gente acampado um tempão sem trabalhar e chegar numa terra sem condição é muito difícil, então foi tudo, tudo foi difícil, eu acho que eu conto uma coisa assim muito difícil pois desde o início eu estou aqui. A gente adoeceu, não tinha estrada. Essa estradinha aqui era só um ramal de madeireiro, aí a gente tinha que ir lá para a outra estrada e esperar carro que era muito difícil também, então tudo foi difícil. (CORREIA, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

O rol de mazelas a que se submete um sem terra é muito bem enumerado pela entrevistada acima, listando algumas delas de forma a que se possa ter uma idéia clara do que significa o percurso de um pleiteante a beneficiário da reforma agrária. Estas etapas são penosas porque as famílias não dispõem de recursos financeiros para adquirir os insumos necessários para o andamento destas atividades, e com isso precisam improvisar extraíndo da natureza o que for possível para garantir a permanência, reprodução e segurança da família na nova morada. A perspectiva deste grupo, porém, foi construída com marcos em um coletivismo idealizado com referência em doutrina socialista inspiradora do movimento, o que aparece justificado na fala de uma liderança:

Trabalhar de forma cooperada e unificada, a fim de encontrar uma forma melhor e mais fácil. Mas aí foi tudo bem. Pelejamos, levantamos o coletivo, aí quando chegamos a base, nós temos que centralizar nos grupos? Temos, escolhemos um lote dos nossos para a gente colocar, isso aí todos os lotes nós empregamos num só processo, você está entendendo? Você não diga que o lote era seu, mas sim coletivo. O lote é nosso. (MARTINS, assentado em Palmares II, entrevistado em junho de 2010).

O sentimento dos que estão na base não corresponde, necessariamente, ao que diz a liderança, conforme declara Brito, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010:

Pra mim o mais difícil, só foi esse coletivo que foi feito, pois a gente perdeu de tudo. Aí quando eu botei a foice no mato e derrubei mais de 1 alqueire de terra, e comprei minhas vaquinhas, aí melhorou bastante! Até hoje a gente toma um leitinho delas, aí. Aí eu ia empastar a terra toda e não empastei, deixei essa reserva aqui porque na hora que precisa um cipó, vai aí; na hora que quer uma varinha para pescar, vai aí. O clima é bom demais, aí tem uns bichinhos que ficam cantando e a gente acha bom. E quando alguém dá um tiro aí para dentro, corre eu e meus dois vizinhos que nós viemos juntos do Maranhão e demos sorte de ficar um do lado do outro aqui. (BRITO, assentado em Palmares II, entrevistado em janeiro de 2010).

A pretensão ao estilo de vida camponês - em que a proximidade da natureza e autonomia são elementos constitutivos fundamentais - ainda que passe por um período de conversão para atuar em conjunto, para maior eficácia do ato de ocupação, não implica em uma adesão plena ao coletivismo, nem se traduz em segurança, conforme demonstra o último período de sua fala. Há, nesta declaração, um caráter gregário pela proximidade do vizinho, oriundo de um mesmo estado da federação, ao mesmo tempo em que se manifesta a importância da autonomia do processo produtivo que contraria a doutrina da organização na qual se engajou para obtenção do lote.

Resgatar esses elementos que remontam essa história só foi possível graças a memória dos assentados entrevistados, onde: “Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado (BOSI, 1994, p. 55), e em cada entrevista foi possível montar peça a peça desse “quebra cabeça” que representa o sofrimento e dramaticidade que fazem parte do processo de conquista de terra por meio da reforma agrária no Brasil.

## Nem tudo são espinhos

Apesar do sofrimento narrado no item anterior que é representado pelos acontecimentos que antecedem a conquista da terra e o conjunto de dificuldades envolvidas neste processo, por outro lado, após essa etapa, tem-se uma conjuntura representada pela desapropriação da área, sorteio dos lotes e construção de infraestrutura produtiva que proporciona a permanência dos assentados no assentamento e consequentemente inserção na rede de comercialização local ou regional.

Decorrido o sorteio dos lotes a próxima etapa é a construção das casas. Cada família se dirige para seu lote e inicia uma etapa da resistência na nova morada, estruturando as casas para abrigo da família, seguida da inserção da primeira roça. Neste período, no ano de 1996, os assentados foram beneficiados com os créditos de fomento e alimentação, no valor de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais), utilizados principalmente para a aquisição de ferramentas para desenvolver o trabalho no campo.

No mesmo ano foi liberado o crédito habitação no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), utilizado para a construção de casas na agrovila do assentamento. Em 1997 conquistaram o crédito na modalidade custeio<sup>11</sup> da safra de 1997/1998, através do Banco do Brasil e em 1998 fizeram a aquisição de crédito para custeio da safra 1998/1999 pelo Banco da Amazônia (BASA). Ambos foram contratados em cédula coletiva, pois o banco exigia que fosse feito em grupo de dez famílias.

O início do assentamento foi marcado por atividades que proporcionaram a estruturação física e financeira das famílias, de um período entre 1996 a 2000. Os esforços eram para garantir a permanência dos assentados e para isso foi construído posto de saúde, escolas, áreas de lazer, igrejas, uma infraestrutura mínima que garantisse a permanência das pessoas, a contar com a liberação dos créditos financeiros que garantiram a reprodução das famílias, através de atividades produtivas (cultivos e criações).

Os assentados conquistaram em 1998, o financiamento PROCERA teto II, junto ao Banco do Brasil, para compra de equipamentos agroindustriais, tratores e implementos agrícolas, caminhões, veículo utilitário, construção de açudes para recria e engorda de peixes, construção de pocilga para criação e engorda de suínos, construção de aviários para engorda de frango, aquisição de matrizes de bovino de aptidão leiteira e instalação e funcionamento de uma horta (COOMARSP, 2005).

Ainda no assentamento, observou-se a retomada das ocupações e manifestações, forma de ação coletiva que se instaura objetivando pressionar o Estado para que algumas benfeitorias ocorram no assentamento. Essas benfeitorias são conseguidas aliadas à luta pela terra, que é o esforço para continuar produzindo, dispor de qualidade de vida para a família e diminuir o abandono de lotes justificado pela falta de infraestrutura. As imagens a seguir demonstram as conquistas dos assentados em Palmares II, após ocupação seguida de fechamento da estrada de Ferro Carajás.

---

<sup>11</sup> Modalidade custeio do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).

**Figura 4 – Benefeitorias conseguidas após ocupação na Ferrovia Carajás, ano 2008.**

**Legenda:** A) posto de abastecimento de água; B) posto de saúde; C) Escola de ensino fundamental e médio; D) praça pública na vila do assentamento.

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2010.

As imagens de conquistas corroboram o lado positivo do sofrimento, justificam o merecimento delas como algo que chega pelo investimento custoso, trabalhoso, penoso. O pagamento pelo sofrimento descrito detalhadamente nas prolongadas manobras e negociações coletivas valorizam a construção de um território sacralizado pela penitência, pela purificação, pela santificação promovida pelo sofrimento.

### Considerações finais

O grau de sofrimento manifestado pelos camponeses que passaram por processos migratórios que implicaram no envolvimento em ações coletivas de apropriação de terra são representados pelos dramas humanos relevados no confronto dos assentados com as ações governamentais. As intempéries da natureza (chuva, ventos, umidade, luminosidade e calor do sol) associadas à insalubridade dos acampamentos prolongados, precariedade de serviços das áreas ocupadas, as tensões psicológicas das disputas com outras categorias sociais como fazendeiros, pistoleiros, polícia, agentes fundiários, justiça, técnicos, assessorias de apoio ao movimento social, em longas negociações e ações que implicam em *stress* e esforço humano, são aspectos não desprezíveis a serem considerados quando

do atendimento a estes que reivindicam melhores condições de vida, no marco legal da constituição brasileira e no que consiste em legitimidades nos padrões contemporâneos.

Estes aspectos se revelam nas falas de camponeses submetidos a processos de disputa pela terra e deveriam ser observados pelos organismos governamentais e não governamentais que tratam de políticas públicas voltadas para o meio rural. Possíveis traumas em crianças, adolescentes, adultos e idosos com sequelas pela intensidade e gravidade variáveis deveriam ser avaliados, uma vez que podem refletir comportamentos comprometidos pelo *stress* a que estão submetidos. Danos irreparáveis do ponto de vista da saúde física e mental precisam ser melhor avaliados para a devida indenização, nos casos em que couber, ou para que se montem dispositivos de atendimento preventivo que evitem este grau de desgaste destas populações.

Na prática, o que tem ocorrido é a negação da cidadania pelo não cumprimento das obrigações do estado no que se refere ao disposto na constituição no que concerne aos serviços básicos de educação, saúde, previdência social, transporte, apoio ao processo produtivo e de comercialização, além do desgaste em demorados processos de negociação por direitos que deveriam estar disponíveis, em particular para categorias produtoras, como é o caso dos agricultores familiares em suas diversas formas de manifestação (extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, caboclos, caiçaras, pescadores e sem terra). Agravam-se estes efeitos se considerados que o processo de modernização da agricultura, sob formas espúrias de apropriação do espaço, o tornam concentrado e sob domínio e procedimentos anacrônicos ao mundo contemporâneo, submetendo, pela desigualdade, grande parte da população ao desconforto e pobreza.

### Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo; SACHS, Ignacy. Habitat: a contribuição do mundo rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9, n. 3, 1995, p. 11-16.

ANDRADE, M. P. Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis v. 15, p. 445-451, 2007.

ASSIS, William Santos. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no sudeste paraense**. 2007. 242p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.

ASSARÉ, Patativa do. **Cante lá eu que eu canto cá**. Petrópolis, Vozes, 1978.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, 1986, Nº 62, p.69-72.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994. 484p.

BRINGEL, Fabiano. **Rumos, trechos e borocas. Trajetórias e identidades camponesas de assentados rurais no Sudeste do Pará**. Belém: Programa de Pós Graduação em Agricultras Amazônicas/Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural/Universidade Federal do Pará, 2006 (Dissertação de Mestrado).

COOMARSP (Cooperativa Mista dos Assentamentos de Reforma Agrária do Sul e Sudeste do Pará). **Plano de recuperação do assentamento Palmares II**. Marabá-PA: COOMARSP, 2005. 70p. Trabalho não publicado.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira**. Presidente Prudente: UNESP/NERA, 2008. 347p.

GONZAGA, Luiz. **50 anos de chão**. Manaus, BMG/RCA, s/d. (3 Compact Discs, v. 2).

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. O êxodo rural no cancionero popular. Triste partida, de Patativa do Assaré. **Trilhas** (Cascavel), Belém, Pará, v. 3, n. 1, p. 23-34, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª edição. São Paulo: Editora Vértice, 1990. 189p.

HEBETTE, Jean (Org). **O cerco está se fechando**. Rio de Janeiro/Petrópolis/Belém, VOZES/FASE/NAEA-UFPA, 1991.

IBGE. **Censo Populacional**: contagem da população 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4ª edição. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. 523p.

LENA, Philipe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. (orgs.) **Amazônia: a fronteira 20 anos depois**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991 (Coleção Eduardo Galvão).

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina e outros poemas para vozes**. 34 ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1994.

MORENO, Gláucia de Sousa. **Ação coletiva e luta pela terra no assentamento Palmares II, Pará**. (Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Agriculturas Amazônicas). Belém: NCADR/PPGAA/UFPA, 2011.

PESSOA, Fernando. **Obra poética**. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1981.

RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. 42 ed. Rio, Ed. Record, 1984a. 213 p.

RAMOS, Gracliano. **Vidas Secas**. Rio: São Paulo, Ed. Record, 1984b.

SAWAIA, Bader Burihan. **Introdução**: Exclusão ou Inclusão perversa? Em Sawaia, B. B. (Ed.) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SAWAIA, Bader Burihan. **Psicologia e desigualdade social**: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia e Sociedade*, v. 21,2009. p. 364-372.

STEINBECK, John. **As vinhas da Ira**. São Paulo: Editora Record, 2008.

TURATTI, Maria Cecília Manzoli. **Os filhos da lona preta**: identidade e cotidiano em acampamentos do MST. São Paulo: Alameda, 2005. 114p.

TURNER, Frederick Jackson. **Frontier and section selected essays**. (S.I) : Prent-hall, 1961. 171p.

VELHO, Octavio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do Processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972. 178 p.

**Lista de entrevistados**

ALMEIDA, Guiomar Ribeiro de. Assentada de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote da assentada, em Junho de 2010.

BRITO, José Dalvino. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Janeiro de 2010.

CARNEIRO, Vandeilson dos Santos. Presidente da APROCPAR. Entrevista concedida a G.S.M., na sede da COOMARSP, em Janeiro de 2007.

CÉLIA, Maria. Assentada de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote da assentada, em Janeiro de 2010.

CORRÊA, Floriano dos Santos. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Junho de 2010.

CRUZ, Rosa do Carmo. Assentada de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote da assentada, em Janeiro de 2010.

DIOGO, José. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

FERREIRA, Ayala L. Dias. Direção estadual do MST. Entrevista concedida a G.S.M., na secretaria estadual do MST em Marabá, em Março de 2010.

FERREIRA, Cláudio. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Junho de 2010.

FRANÇA, Luiz Barbosa de. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Junho de 2010.

LEITE, Edmilson Francisco dos Santos. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

JESUS, Sebastião. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

LIMA, Galdino Pereira. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

LOPES, Levanir. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

LOPES FILHA, Izabel. Coordenação estadual do MST. Entrevista concedida a G.S.M., na secretaria estadual do MST em Marabá, em Março de 2010.

MARTINS, Domingos David. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Junho de 2010.

MARTINS, Miguel. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

MONTEIRO, Airtton Alves. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

NUNES, José. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

PEREIRA, Giselda Coelho. Direção estadual do MST. Entrevista concedida a G.S.M., na Universidad Agrária de La Habana em San Jose de las Lajas – La Habana, em Agosto de 2010.

REZENDE, José. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

ROSA, Antonio Menezes. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

SANTANA, Francisca Costa. Assentada de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote da assentada, em Julho de 2010.

SANTOS, José dos. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Novembro de 2007.

SARMENTO, Zulmira. Assentada de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote da assentada, em Janeiro de 2010.

SILVA, Antonio Francisco Costa da. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Junho de 2010.

SOUSA, José Viana de. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Julho de 2010.

SOUZA, Maria Raimunda César de. Direção Nacional do MST. Entrevista concedida a G.S.M., na secretaria estadual do MST em Marabá, em Março de 2010.

SOUZA, José Lima. Assentado de reforma agrária no assentamento Palmares II. Entrevista concedida a G.S.M., no lote do assentado, em Janeiro de 2010.

TROCATE, Charles. Coordenação Estadual do MST. Entrevista concedida a G.S.M., na sede da COOMARSP, em Janeiro de 2007.

WAMBERGUE, Emanuel. Ex-dirigente fundador da Comissão Pastoral da Terra. Comunicação pessoal. Marabá. 2007.